

# Ulysses quer mandato fora da Convenção

Andrei Meireles

O presidente do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, está tentando viabilizar um acordo interno no seu partido que assegure a unidade em torno dos pontos programáticos — reforma agrária, reserva de mercado para a informática etc. — e exclua da pauta de deliberações da Convenção Nacional a definição do mandato presidencial.

Ontem à noite, em sua residência na Península dos Ministros, numa reunião com as principais lideranças partidárias, Ulysses começou a negociar o acordo. Mas o grupo do senador Mário Covas, que se reuniu durante a tarde por quase três horas na biblioteca do Senado, não abre mão de uma decisão sobre o mandato do presidente José Sarney na convenção. O único dos integrantes que concordou com a proposta de Ulysses foi o senador José Richa.

Covas e os deputados Euclides Scalco e Maurício Fruet foram à residência de Ulysses para defender a manutenção da pauta negociada para a convenção, que prevê deliberações sobre o regime de governo e a duração do mandato presidencial. Há alguns dias, Ulysses comentou com Fruet que a decisão partidária mais inteligente, que ajudaria a reunificar o PMDB em torno de seu programa seria deixar a questão do mandato para ser decidida pela Constituinte. O deputado Ibsen Pinheiro, líder em exercício do partido na Câmara, chegou a divulgar ontem, uma nota propondo exatamente isto.

Durante a tarde, em seu gabinete, Ulysses comentou com alguns repórteres que "será muito bom para o partido se conseguirmos um entendimento prévio em torno das questões mais polêmicas". E acrescentou que está trabalhando para isto. Daí a reunião em sua casa à noite.

Já o senador Mário Covas que cancelou uma viagem a São Paulo para participar da reunião, definiu a estratégia de seu grupo num encontro do qual participaram os senadores Afonso Camargo, Almir Gabriel, José Richa e os deputados Euclides Scalco, Miro Teixeira, Maurício Fruet, Ana Maria Rattes, Wilson de Souza e Newton Friedrich.

Nessa reunião foi feita uma avaliação dos preparativos do grupo para a convenção, com a conclusão de que o trabalho está indo muito bem até o momento, não sendo percebida qualquer contra-ofensiva da parte dos governadores que apoiam um mandato de cinco anos para Sarney.



Maciel propôs o pacto político a Lula mas só ouviu críticas ao governo e ao PMDB

## Lula ouve Maciel, faz crítica e descarta pacto

Dois horas de conversa entre os presidentes do PFL, Marco Maciel, e do PT, Luís Ignácio Lula da Silva, não levaram a "nenhum resultado". A informação foi dada pelo próprio presidente do PT, ao comentar o encontro que manteve na manhã de ontem com Marco Maciel, que o procurou para expor a idéia do "pacto político", que ele tenta articular com o estímulo do presidente Sarney.

Na conversa com o presidente do PFL, Lula reiterou as críticas que faz ao governo, mostrando a inviabilidade de um pacto no momento em que os trabalhadores são atingidos por novo arrocho salarial, decorrente do último pacote econômico. Observou Lula que se o governo realmente estivesse disposto a atender as aspirações populares, bastaria utilizar a extraordinária maioria de que dispõe no Congresso.

"Nunca na história do país o

governo teve uma maioria tão folgada, cerca de 450 parlamentares que lhe dão sustentação" — lembrou o presidente do PT, para em seguida reconhecer que os programas do PMDB e do PFL têm pontos positivos que, se aplicados, poderiam reduzir as distorções existentes na questão social brasileira.

Ainda segundo Lula, Maciel lhe expôs uma preocupação "que é óbvia para 135 milhões de brasileiros" e que diz respeito ao agravamento da crise econômico-social. A seu ver, "o único brasileiro que admite que a classe trabalhadora teve ganhos com o último pacote é o ministro Bresser Pereira".

O presidente do PT demonstrou ao presidente do PFL sua recusa a soluções paternalistas, salientando que "não adianta dar pãozinhos nem leitinho, porque o que a classe

trabalhadora precisa é de salários; de uma política salarial justa".

Aos repórteres, o presidente do PFL reafirmou que, através do pacto político, procura pontos de convergência entre os partidos para que a Constituinte conclua seus trabalhos "sem traumas" e para que sejam encontradas soluções para alguns dos problemas econômicos e sociais mais aflitivos.

Maciel revelou ainda que pretende encontrar-se, entre outros líderes políticos, com o ex-governador do Rio, Leonel Brizola. Hoje pela manhã, ele se reunirá com o líder do PDT na Câmara, Brandão Monteiro, que no início da semana já manifestou seu ceticismo em relação ao "pacto político", entendendo tratar-se de uma tentativa das forças conservadoras para conter a rearticulação dos progressistas na Constituinte.

## Ministros contestam anistia a militares

Os ministros militares vão encaminhar à Assembléia Nacional Constituinte um documento onde contestam a proposta, da Comissão da Ordem Social, de anistia ampla, geral e irrestrita para os militares cassados a partir de 1964, segundo informou ontem o ministro do Exército, Leônidas Pires Gonçalves. A decisão foi tomada, no Ministério da Aeronáutica durante o almoço de trabalho que reuniu, além do general, os ministros da Aeronáutica, Octávio Moreira Lima, da Marinha, Henrique Sabóia, do Serviço Nacional de Informações, Ivan de Souza Mendes, e um representante do Estado-Maior das Forças Armadas.

Na opinião do ministro do Exército o texto que está em estudo contraria uma emenda constitucional do ano passado, que anistiou cerca de 1900 militares promovendo-os aos postos

imediatos da carreira. Ele acha, também, que esta medida seria altamente onerosa para o país, já que a reintegração dos cassados custaria aos cofres públicos "alguns bilhões de cruzados".

Em sua argumentação, endossada pelo ministro da Aeronáutica, o general acrescenta que o retorno dos punidos além de ser injusto para os que continuaram nas Forças Armadas "não tem nenhum respaldo nas necessidades destas instituições, já que estes homens por estarem afastados há mais de duas décadas, estão desatualizados para trabalharem nos quadros das forças".

O ministro Leônidas espera que a argumentação sensibilize os constituintes para que se chegue a uma solução útil não apenas do ponto de vista institucional, mas também levando-se em consideração as necessidades do país e da nação.

## Ninguém fala pelo Executivo

Rubem Azevedo Lima

A inexistência de porta-voz credenciado, que fale pelo governo na Assembléia Nacional Constituinte, criou diversos problemas para o Poder Executivo durante os debates que precederam o preparo do anteprojeto da nova Constituição brasileira. Em consequência desse fato, alguns setores governamentais tiveram de agir por conta própria, a fim de aprovar, no anteprojeto, medidas de seu interesse ou para impedir que a Constituinte acolhesse teses julgadas por eles prejudiciais ao país.

No começo da semana, por exemplo, em nome do Itamarati, um servidor graduado pretendeu alertar os constituintes sobre impropriedades na linguagem de textos aprovados nas Comissões Temáticas e sobre modificações na atual Carta julgadas ruins para a política exterior do Brasil.

Esse emissário não teve, porém, com quem falar. O deputado Carlos Santana, do PMDB da Bahia, é líder do governo, indicado pelo presidente Sarney, mas para atuar apenas na Câmara. Os líderes do PMDB no Senado e na Câmara são, respectivamente, o senador Fernando Henrique Cardoso e o deputado Luiz Henrique, mas não falam em nome do governo, pois foram escolhidos por suas respectivas bancadas. O senador Mário Covas, líder do PMDB na Constituinte, também não representa o governo, que inclusive tem procurado marginalizá-lo. O mesmo ocorre em relação aos líderes do PFL no Senado e na Câmara, senador Carlos Chiarelli e deputado José Lourenço, que têm melhores ligações com o Palácio do Planalto do que os porta-vozes do PMDB, mas representam apenas suas próprias bancadas.

Forças Armadas

Por falta de intermediário credenciado, os assessores parlamentares das Forças Armadas desenvolveram, na Assembléia, um trabalho corpo-a-corpo com os constituintes, conseguindo fazer aprovar a tese de que as Forças Armadas, como nas constituições republicanas em geral, têm por objetivo a manutenção da soberania nacional e da ordem interna.

Não tendo havido entendimento direto dos diversos ministros, notadamente das áreas militares, com os constituintes, através de quem os representantes de modo formal, foram aprovadas no anteprojeto de Constituição medidas julgadas contrárias aos interesses das Forças Armadas. Tal fato acarretou a reunião de ontem, em Brasília, entre os ministros do Exército, Marinha, Aeronáutica, EMFA, Gabinete Militar e SNI.

Um parlamentar de origem militar explicou que o encontro dos seis ministros constitui o que denominou esforço de "pressão aparente, mas indireto, sobre a Constituinte, com o propósito de alertar a Assembléia sobre os riscos de uma Constituição irreal".

Por sinal, muitos constituintes tinham parecido entender as preocupações existentes nos meios militares e se manifestavam dispostos a rever posições já fixadas.

Em contraposição a esse recuo, diversos constituintes sublinhavam que a reunião dos seis ministros militares tivera o significado de aprofundar o divisor de águas na Constituinte, colocando, de um lado, os parlamentares que se identificavam com o ideário e o sistema do movimento de 1964 — agora reativados — e, do outro, os que têm como objetivo a completa redemocratização do país.

## Negra, favelada, Benedita preside

Marco Antônio Mauricio

Mulher, negro, favela. Estes três segmentos, há muitos anos discriminados pela sociedade brasileira, receberam uma homenagem da Constituinte em decorrência da deputada Benedita da Silva (PT/RJ), primeira suplente da secretaria da mesa, presidir os trabalhos da sessão de ontem durante 40 minutos. Bastante emocionada, a parlamentar comentou que o mais importante é saber que está contribuindo para a "ruptura de preconceitos e barreiras da intolância humana contra questões sexuais, étnicas, econômicas e sociais".

A deputada Benedita da Silva salientou que outro mérito foi a indicação feita pelo partido do seu nome para integrar a mesa da Constituinte, "mostrando o reconhecimento partidário da necessidade de privilegiar os direitos do trabalhador, bandeira que sempre defenderei". A parlamentar carioca, brincando, disse: "A cadeira do presidente é bastante pesada, a de constituinte é bem mais fácil". Revelou que aprendeu uma lição com o fato: a imparcialidade. Benedita frisou que a grande emoção "é viver tudo como se fosse a primeira vez".

Ao retomar a cadeira de presidente da Constituinte, o deputado Ulysses Guimarães revelou que "a homenagem não foi fruto do acaso". afirmou que tudo foi propositalmente combinado com o segundo vice, deputado Jorge Arbage (PDS-PA). Acerto ou não, a deputada petista retornou a presidir os trabalhos da sessão, minutos antes do seu encerramento. A passagem da parlamentar pela Presidência da Constituinte mereceu elogios e cumprimentos de dezenas de parlamentares, entre os quais, Bociávia Cunha (PDT/RJ), Theodoro Mendes, Paulo Delgado (PT/MG) e José Genoíno (PT/SP).

A retirada do anteprojeto de autonomia sindical e direito de

greve enviado pelo Executivo ao Congresso Nacional, foi pedida pelo deputado Olívio Dutra (PT/RS) e Roberto Freire (PCB/PE). O petista pediu respeito aos debates e trabalhos da Constituinte, e o comunista denunciou que é um atentado à soberania da Constituinte. "Mais do que isto, é uma provocação", afirmou o parlamentar.

A deputada Cristina Tavares (PMDB/PE) criticou o grupo encabeçado pelo líder do governo, Carlos Santana, denominado centro-democrático. "Eles são aliados do PFL e são coniventes com um projeto de desnacionalização", disse na tribuna. Criticou ainda a volta do país à tutela do FMI, o tratamento da dívida externa e a transferência descontrolada do capital interno para o estrangeiro. "Não posso dar o meu apoio a este governo", desabafou a deputada, que pregou eleições diretas em 88, não como uma conquista, mas como um dever à memória de Tancredo Neves.

Já o deputado Arnaldo Faria Sá (PTB/SP) exigiu o desligamento imediato do prefeito de São Paulo, Jânio Quadros, dos quadros do partido. Os quatro pedidos de licença em menos de 18 meses de governo significa para o parlamentar, "uma fuga dos compromissos éticos e políticos para com o povo que o elegeu". Denunciou ainda que Jânio Quadros só se serviu do PTB para a eleição, e que hoje "mostra uma verdadeira impossibilidade psicossomática de governar e administrar".

O deputado brasileiro Jofran Frejat (PFL/DF), atacou as indefinições sobre a questão da escolha do sistema de governo a ser adotado pelo país. Neoparlamentarismo, presidencialismo mitigado, parlamentarismo à brasileira, "estão sendo sugeridos de forma experimental como se o país fosse um enorme tubo de ensaio e o seu povo simples cobaias submetidas à alquimia de meros aprendizes", disse.

Josémar Gonçalves

## Para Sarney acordo fará a transição

A idéia de promover o pacto social continua sendo perseguida pelo presidente José Sarney. Ele acredita que há certos obstáculos para concretizar este projeto mas está certo de que só o pacto completará o ciclo da transição democrática. Sarney receberá os relatores do simpósio promovido pela Universidade de São Paulo na próxima quarta-feira, na Granja do Torto e, com o resultado do simpósio na mão, o presidente da República procurará outros segmentos da sociedade com o objetivo de sensibilizá-los em favor do pacto.

Nenhum dos assessores da Presidência da República informa quais serão os próximos segmentos a serem contatados. "E uma questão de estratégia. Não podemos adiantar ainda para não prejudicar as negociações", disse ontem um dos auxiliares do presidente da República, informando ainda que Sarney fará um "esforço de convencimento" com seus próximos interlocutores, após esgotar o episódio das universidades paulistas.

O presidente Sarney acompanhou com entusiasmo o simpósio promovido pela USP, com a participação de todas as universidades paulistas. Ele foi informado que alguns dos professores participantes mudaram de opinião e agora já são favoráveis à proposta do governo. Um dos expositores foi o professor João Sayad, ex-ministro do Planejamento. Sarney deveria receber hoje o relatório final do simpósio (Transição política: necessidades e limites da negociação) e almoçar com os relatores, mas o almoço foi adiado em virtude da viagem do presidente ao Rio de Janeiro.

Sarney tem consciência das dificuldades para promover o pacto mas, apesar disso, ele considera o assunto importante e não pensa, em nenhum momento, em abandonar a idéia. Na opinião do presidente, o Plano Bresser pode ser um novo ponto para retomar as negociações com trabalhadores e empresários.

As dificuldades para concretizar a proposta do presidente da República começam em casa. O ministro do Trabalho, Almir Pazzianotto, que já tentou negociar com os trabalhadores, não vê clima para o pacto, o senador Marco Maciel, que durante um ano foi chefe do Gabinete Civil da Presidência da República, é da opinião de que o pacto "não pega" porque não faz parte da tradição cultural brasileira. (Memélia Moreira).



Expedito Machado

## "Centro" pretende indicar o premiê

O deputado Expedito Machado (CE), do grupo dissidente do PMDB intitulado "Centro Democrático", disse ontem que de seu grupo sairá o nome do primeiro-ministro do Brasil, por entender que esse grupo é majoritário dentro do colégio eleitoral que o escolherá. Expedito anunciou a transformação do "Centro Democrático" em um bloco suprapartidário e não afastou a hipótese de fundação de um novo partido, "caso o PMDB não recupere a identidade perdida quando deixou de ser oposição para ser governo".

O deputado Ulysses Guimarães, apontado dentro do partido como provável candidato a primeiro-ministro, disse não reconhecer a existência do grupo e apostou na unidade do PMDB: "Eu não reconheço grupos; reconheço o partido, o PMDB, que sempre se uniu nos momentos mais dramáticos". Sobre a escolha do primeiro-ministro pelo "Centro Democrático", reafirmou: "Eu não sei, porque não sou candidato".

Segundo Expedito Machado, o "Centro Democrático" já conta com cerca de 200 constituintes, dentro e fora do PMDB, todos parlamentaristas e de centro: "Queremos ser o algodão entre os radicais de esquerda e de direita da Assembléia Nacional Constituinte. A princípio, a nossa intenção não é sair do PMDB, mas formar um bloco suprapartidário com uma filosofia de centro para atuar na Constituinte. A nossa identificação com o governo é só durante a transição política e a permanência da maioria do grupo no PMDB depende dos rumos que o partido tomar".

Ele anunciou uma reunião ontem à noite com os membros do "Centro Democrático" para traçar as estratégias de luta na Constituinte, informando ainda sobre a adesão de 17 novos parlamentares ao grupo. Sobre a convenção do PMDB, marcada para os dias 18 e 19 de julho, disse considerá-la um confronto desnecessário: "Achamos que a convenção não deveria tratar sobre temas constitucionais, que não são de sua competência. Nós não adotaremos nada dessa convenção que não seja de conteúdo programático do PMDB".